

LAZER E FAVELA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Recebido em: 01/03/2023

Aprovado em: 10/08/2023

Licença: 

*Vitor Lucas de Faria Pessoa*¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6298-7440>

*Danilo da Silva Ramos*²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0721-4848>

*Brisa de Assis Pereira*³

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8647-7971>

*Luciano Pereira da Silva*⁴

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3456-5766>

*Mateus Marçal Ferreira*⁵

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7218-2972>

¹ Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor e Mestre em Estudos do Lazer pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG.

² Doutorando em Estudos do Lazer pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Licenciatura em história pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase (Volta Redonda), Mestre em estudos do lazer PPGIEL/UFMG, pai da Dandara.

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer PPGIEL/UFMG (Bolsista CAPES). Bacharelada em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional EEEFTO/UFMG. Licenciada em Educação Física pela Claretiano.

⁴ Doutor em Educação pela UFMG. Professor do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, ambos da UFMG. Diretor do Centro Esportivo Universitário-CEU/UFMG.

⁵ Mestre em estudos do lazer pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Licenciatura em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UFMG). Professor de Educação Física.

RESUMO: esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica acerca do tema “Lazer e Periferia” nos periódicos especializados do campo do Lazer no Brasil. Buscaremos a partir desta análise, observar, por exemplo, se a periferia tem sido tratada como um lugar de ausência ou um espaço de produção cultural. Além disso, vamos investigar em que medida o Lazer se constitui como um direito para a população periférica, a partir destas publicações. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, levando em conta os periódicos voltados ao campo do Lazer no Brasil, que possuem Qualis Capes B4 ou superior. Os estudos apontam para três principais categorias de análise para compreendermos a relação entre o Lazer e a Periferia: “Equipamentos de Lazer”, “Atuação e Formação Profissional de Lazer” e “Políticas Públicas”. A partir destas três categorias, foi possível observar que a intervenção estatal no âmbito da garantia do direito ao Lazer precisa, antes de tudo, estar alinhada às próprias demandas das comunidades, sem, contudo, negligenciar o acesso ao patrimônio histórico-cultural que precisa ser garantido à população periférica.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de lazer. Periferia. Comunidade. Favela. Políticas públicas.

LEISURE AND FAVELA: PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN SPECIALIZED JOURNALS

ABSTRACT: This research aims to analyze the academic production on the theme “Leisure and Periphery” in specialized journals in the field of Leisure in Brazil. Based on this analysis, we will seek to observe, for example, whether the periphery has been treated as a place of absence or a space for cultural production. In addition, we will investigate to what extent Leisure constitutes a right for the peripheral population, based on these publications. For that, a literature review was carried out, taking into account the journals focused on the field of Leisure in Brazil, which have Qualis Capes B4 or higher. The studies point to three main categories of analysis to understand the relationship between Leisure and the Periphery: “Leisure Equipment”, “Leisure Activities and Professional Training” and “Public Policies”. From these three categories, it was possible to observe that state intervention in the scope of guaranteeing the right to Leisure needs, above all, to be aligned with the communities' own demands, without, however, neglecting access to the historical and cultural heritage that needs to be guaranteed to the peripheral population.

KEYWORDS: Leisure activities. Periphery. Community. Favela. Public policy.

Introdução

Para justificar a necessidade de políticas públicas voltadas ao fenômeno do Lazer, um argumento comum entre os acadêmicos brasileiros é a utilização da Constituição Federal de 1988. Em larga medida, estas produções são motivadas pelo fato de que o Lazer é um dos direitos sociais garantidos pela Lei Maior no país, cabendo

ao Estado a garantia do acesso a esses direitos a partir da implementação de políticas públicas e sociais. Todavia, segundo Menicucci (2006), a condução do direito ao Lazer no Brasil foi marcada pela carência de princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos e regras constitucionais, consubstanciados em documentos normativos estratégicos como ocorre, por exemplo, nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

Se levarmos em conta a realidade brasileira, uma federação que apresenta acentuadas desigualdades econômicas e sociais inter-regionais e intermunicipais, fica evidente que os direitos fundamentais para a dignidade humana ainda não são assegurados. Buscando evidenciar tal fato, podemos destacar que 35,9% da população brasileira ainda não possui acesso ao saneamento básico⁶. A discrepância econômica entre as regiões do país agrava ainda mais este quadro. O rendimento mensal domiciliar *per capita* médio das regiões Norte e Nordeste é cerca de 56% menor se comparado às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nas regiões mais pobres economicamente, em média, metade da população apresenta rendimento de até meio salário mínimo *per capita*⁷, enquanto nas regiões mais ricas este número não passa dos 15%.

Segundo Rua (2009), as políticas públicas são resultantes da atividade governamental e compreendem um conjunto de decisões e ações relativas à alocação de valores envolvendo bens públicos. É, portanto, um espaço de luta política e a alocação de recursos espelha as prioridades do governo na implementação e garantia dos direitos constitucionais (SALVADOR, 2012). Levando em conta esse contexto brasileiro de desigualdade, em que grande parte da população se encontra em situações de vulnerabilidade social, indagamos: de que forma o Lazer tem se consolidado como um direito social para a população menos favorecida do país?

⁶ Dados obtidos na última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE. Para mais detalhes ver: IBGE. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018. IBGE, 2018.

⁷ *Idem*.

Com o intuito de buscar indícios que possam nos auxiliar a compreender melhor esta realidade, esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica acerca do tema “Lazer e Periferia” nos periódicos especializados do campo do Lazer no Brasil. O propósito é elaborar um “estado da arte” a partir de uma revisão de literatura, que seja capaz de observar como o tema tem sido tratado nestes periódicos. Além de examinar as perspectivas epistemológicas que são elencadas pelos autores, buscaremos, a partir desta análise, observar, por exemplo, se a periferia tem sido tratada como um lugar de ausência ou um espaço de produção cultural. Além disso, vamos investigar em que medida o Lazer se constitui como um direito para a população periférica a partir destas publicações.

Para realizar esta revisão de literatura⁸ foram selecionados os periódicos especializados no campo do Lazer no Brasil, que possuem Qualis Capes B4 ou superior, levando em conta a última avaliação realizada pela agência de fomento⁹. O critério utilizado para definir as revistas foi a presença do Lazer enquanto componente principal no escopo dos periódicos. A partir desta análise, foram encontradas duas revistas que atendiam os critérios definidos. A primeira delas a Revista Licere, publicada pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A segunda, a Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL), publicada pela Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). Foram analisados todos os artigos publicados até dezembro de 2020.

A Licere foi o primeiro periódico do Brasil especializado no campo do Lazer. Criada em 1998 por iniciativa de docentes da Escola de Educação Física, Fisioterapia e

⁸ Para mais informações: GOMES, Christianne; AMARAL, Maria Teresa M. Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer. Brasília: SESI/DN, 2005; LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. Belo Horizonte: UFMG, v. 340, 1999.

⁹ Classificações de periódicos referente ao quadriênio 2017-2020 (CAPES).

Terapia Ocupacional (UFMG), ela conta com vinte e seis volumes publicados até meados de 2023. A periodicidade de publicações é quadrimestral e o fluxo de submissões é contínuo. A Licere é indexada pela Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX); Sumário de Revistas Brasileiras e pelo *Directory of Open Access Journals* (DOAJ). Com mais de mil artigos publicados no campo dos Estudos do Lazer¹⁰, a Licere é uma referência nacional no que se refere a este campo. “A revista Licere apresenta uma trajetória importante e desempenha papel significativo na produção científica nacional acerca dos estudos do Lazer. Torna-se, assim, relevante uma análise crítica de suas publicações” (STOPPA; DELGADO; CAPI; MARCELLINO, 2013, p. 640).

A Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL), por sua vez, é o periódico oficial da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). Esta associação foi criada em 2013 e “congrega pesquisadores das mais diferentes áreas de conhecimento, que se dedicam à investigação do Lazer e temas afins, a partir dos mais distintos pontos de vista teóricos e disciplinares”¹¹.

A partir da constituição desta entidade, que foi a primeira do seu gênero voltada ao Lazer no país, observou-se a necessidade da criação de um periódico científico que representasse a instituição, com isso, a RBEL foi criada em 2014. Contando com nove volumes até 2023, a Revista possui periodicidade quadrimestral e sistema de submissão de fluxo contínuo. A RBEL é indexada pelo Sumário de Revistas Brasileiras e pelo *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX). Por ser uma publicação da ANPEL, o

¹⁰ Dados obtidos no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

¹¹ Informações obtidas no portal da ANPEL. Disponível em: <<http://anpel.com.br/sobre.php>> Acesso em: 26/02/2021.

periódico cumpre um papel fundamental no campo dos Estudos do Lazer no Brasil e, assim como a *Licere*, é um objeto de estudo fundamental para analisarmos as publicações sobre o tema no país.

Com relação à escolha dos artigos, o critério utilizado foi a presença dos termos, “Favela”, “Periferia” e/ou “Comunidade”, no título, resumo ou nas palavras chave dos textos. Após a leitura dos resumos de todos os artigos que atendiam o critério, foram selecionadas dezenove publicações que se relacionavam diretamente com o tema proposto pela pesquisa, sendo quinze na *Licere* e outros quatro artigos na RBEL.

A partir daí, os textos foram examinados em sua totalidade e, com isso, elaboramos categorias analíticas¹² agrupando os textos em blocos de temas correlatos. O intuito foi facilitar a compreensão do “estado da arte” na produção acadêmica nestes periódicos. As categorias de análise elencadas foram: “Equipamentos de Lazer”, contando com sete publicações; “Atuação e Formação”, contando com quatro publicações; por fim, “Políticas Públicas”, também com sete artigos dedicados ao tema. Neste sentido, este texto foi organizado com base nestes blocos temáticos. Após uma breve reflexão acerca da concepção que adotamos sobre o fenômeno do Lazer, trataremos de cada categoria separadamente, buscando com isso, construir uma narrativa mais geral sobre os caminhos que a produção acerca da periferia têm trilhado nos periódicos especializados no campo do Lazer no Brasil.

¹² Utilizamos o “Modelo Aberto” para definir as categorias analíticas. A partir desta perspectiva, “O pesquisador parte com um certo número de unidades, agrupando as de significação aproximada, para obter um primeiro conjunto de categorias rudimentares. Esse conjunto constitui o ponto de partida de um procedimento que, por etapas sucessivas, conduzirá às categorias finais” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 219).

O Lazer entre Becos e vielas

Com seus filhos ao lado estão indo ao parque, eufóricos brinquedos eletrônicos, automaticamente eu imagino, a molecada lá da área como é que tá, provavelmente correndo pra lá e pra cá, jogando bola descalços nas ruas de terra. É, brincam do jeito que dá (Fim de Semana no Parque – Racionais MC's - 1993).

O fim de semana no parque, retratado pela música do Racionais MC's, revela uma realidade do cotidiano brasileiro: a profunda desigualdade socioespacial na distribuição de equipamentos culturais e de Lazer. O processo de gentrificação, que ocorreu *pari passu* à urbanização no país, expulsou a população pobre das áreas mais valorizadas dos grandes centros urbanos, forçando-os a se estabelecerem em bairros periféricos e favelas. Esta dinâmica, que se deu na virada do século XIX para o XX, foi motivada pelos ideais da modernização e do higienismo. Tomando como exemplo a capital do país à época, o Rio de Janeiro, este processo teve como protagonistas figuras como Pereira Passos, que na ocasião ocupava o cargo de Prefeito da cidade. De acordo com Popinigis (2003, p. 205-206):

As reclamações mais freqüentes diziam respeito aos problemas de falta de água e habitações populares. Os críticos do governo não se conformavam com a prioridade que a administração atribuía à construção de obeliscos, parques, jardins, fachadas, teatros, em detrimento de questões básicas de suma importância, sobretudo para os bairros populares. Ou seja, resolviam-se os problemas de embelezamento, mas não os de saneamento. Apontava-se, portanto, para o contraste representado pelas obras em curso: de um lado, a “faina” de embelezamento, que movia o prefeito no desejo transformar a capital carioca num cartão postal para europeus e americanos. De outro, o descaso para com os problemas mais urgentes que assolavam a população pobre e dos subúrbios, como a falta de água, o déficit orçamentário, a falta de habitações populares e as desapropriações arbitrárias e injustas.

Nota-se que na cidade do Rio de Janeiro, que naquele contexto representava um modelo para o Brasil, o governo articulou um processo violento de desapropriação, concentrando os recursos do estado na construção de obras que emulassem as grandes cidades europeias, enquanto grande parte da população se aglomerou em becos, vilas e favelas. Dessa forma, a oferta cultural se estabeleceu nos espaços mais privilegiados da cidade, oferecendo aos mais abastados os recursos públicos para vivenciar uma

experiência estética à francesa, nos novos teatros da cidade. Este “processo civilizador”, não só perpetuou, mas ampliou as desigualdades já existentes em várias cidades brasileiras.

Pesquisas demonstram que a “Cidade Maravilhosa” continua sofrendo os efeitos crônicos desta reforma urbana, e que mais de cem anos depois, não houve um processo de oferta cultural que facilitou o acesso para a população menos favorecida. Melo e Peres (2005), ao analisarem as desigualdades socioespaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro, constataram que grande parte da oferta de museus, bibliotecas, centros culturais, parques/florestas, teatros e salas de cinema, se concentram nas regiões mais nobres da cidade. De um total de 440 equipamentos culturais mapeados no ano de realização da pesquisa: o Centro contava com 19,1% da oferta total, o Botafogo com 17,3%, Lagoa com 12,5%, Barra da Tijuca com 11,4%, enquanto isso regiões como o Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho, Pavuna e Rocinha não possuíam nenhum dos equipamentos culturais levantados. Cabe ressaltar que estamos nos referindo à Cidade do Rio de Janeiro, que ocupou uma posição central na história do Brasil. Além disso, desde o início do século XIX, com a chegada da Família Real no país, a cidade carioca recebeu uma dinamização cultural privilegiada comparada às outras cidades brasileiras (MARCELO, 2011). Dessa forma, o cenário de desigualdade socioespacial na oferta cultural em outras regiões do país, pode apontar para uma realidade ainda pior, principalmente se levarmos em conta os indicadores socioeconômicos que, como já citados anteriormente, demonstram uma disparidade no território geográfico brasileiro.

É neste contexto, que o Lazer se manifesta como um fenômeno essencial para a plenitude da vida em sociedade. Além de ser um direito social garantido pela Constituição Federal, compreendemos o Lazer como uma necessidade humana e uma

dimensão da cultura, que é caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais (GOMES, 2011). O Estado tem o dever de assegurar para os cidadãos espaços de oferta e produção cultural, principalmente para a população em situação de vulnerabilidade social, que não possui poder aquisitivo para recorrer à iniciativa privada para garantir o acesso aos bens culturais. O Lazer possui uma característica de emancipação social:

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo - o lazer como veículo e como objeto de educação (MARCELLINO, 2007, p.17).

Este duplo aspecto educativo é imprescindível para a superação da desigualdade social. A cultura é uma via fundamental para a afirmação de identidades, assim como para processos de mobilidade social. Afastar a periferia da oportunidade de fruir estas manifestações, contribui para o alargamento do abismo que separa as classes sociais no país. Apesar da ausência do Estado, as comunidades, vilas e favelas do Brasil, são importantes espaços de produção cultural, que se desenvolveram a partir de resistências e processos contra hegemônicos. Todavia, devemos destacar que os espaços tidos como “erudidos”, não são exclusivos das camadas mais abastadas da sociedade. Os teatros, museus, parques, cinemas, bibliotecas e outros centros de produção cultural, precisam ser ocupados pela população que foi marginalizada dos grandes centros urbanos. Importante elucidar que não há neste artigo uma concepção que adote qualquer tipo de hierarquia cultural, o preconceito com a chamada “cultura de massas”, que por vezes se reverbera nas publicações acadêmicas, não contribui para o debate acerca da oferta cultural de forma mais justa e equânime:

Ao deixarmos de analisar a cultura de grande parte da população como “cultura de massas”, o foco da análise é deslocado para os sujeitos, como por exemplo, os moradores das periferias das grandes metrópoles do Brasil, a partir desta perspectiva, não podemos assumir uma postura prescritiva com relação às manifestações culturais [...]. O ponto principal que eu gostaria de ressaltar é que precisamos nos atentar que uma postura taxonômica perante a

cultura é em larga medida uma atitude elitista. Como classificariamos o Funk Carioca? As manifestações do Hip-Hop? O grafite? O Duelo de Mc's? Dimensões hoje que fazem parte da indústria cultural e que tem como denominador comum a periferia enquanto força motriz (PESSOA, 2019, p. 25).

É a partir deste contexto, que afirmamos a necessidade de políticas públicas voltadas à oferta cultural para a população das periferias do Brasil. Podemos lançar mão de um simples exercício sociológico e imaginar quantas manifestações culturais não se consolidaram no país por falta de apoio governamental. Além disso, em larga medida, os equipamentos culturais não são acessíveis, seja pela distância do deslocamento ou pelo desconhecimento do aspecto público destes espaços por parte da população menos favorecida. O processo de gentrificação que se iniciou nas cidades brasileiras a partir de meados do século XIX, pode ter sido o precursor da desigualdade na oferta cultural entre o centro e a periferia, mas será somente a partir da mobilização do Estado e de setores da sociedade civil, que seremos capazes de iniciar uma etapa de reparação das violências sofridas por grande parte da população brasileira. “É assim que o lazer, por meio de diferentes experiências, pode contribuir com a reelaboração de valores e caminhar em direção ao processo de reconstrução de nossa sociedade” (GOMES, 2011, p.21).

Levando em consideração esta discussão acerca da importância do Lazer para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, é que objetivamos analisar a produção acadêmica acerca do Lazer nas periferias do Brasil. A ciência cumpre um papel fundamental nas transformações da sociedade, conhecer o “estado da arte” das publicações sobre o tema proposto, pode nos auxiliar a pensarmos trajetórias possíveis que contribuam para o processo de transformação desta realidade. Sendo assim, serão apresentadas a seguir as categorias analíticas elaboradas a partir do estudo dos textos publicados nas duas principais revistas sobre o Lazer no Brasil.

Equipamentos de Lazer

A partir dos textos analisados na pesquisa, esta categoria reuniu os trabalhos que fazem referência aos espaços e equipamentos de Lazer em algumas periferias do país. Ao todo foram selecionados sete artigos, todos eles publicados na Revista Licere. Como foi discutido anteriormente, vivenciamos uma desigualdade socioespacial na distribuição e oferta destes equipamentos no Brasil. Dessa forma, pensarmos sobre este aspecto é uma etapa fundamental para compreendermos como o Lazer se constitui, ou não, como um direito social para a população periférica, que historicamente sofreu com os produtos da falta de um planejamento urbano que levasse em conta as pessoas que mais dependem do Estado. Neste sentido, o levantamento destas produções busca, acima de tudo, compreender como esta dimensão fundamental para a garantia do direito ao Lazer se constitui nestes espaços.

Alguns pontos em comum foram levantados a partir da análise desta produção bibliográfica. Dentre eles, nos chamou a atenção, a total ausência de intervenção estatal em periferias de alta vulnerabilidade social, como é o caso do Morro da Formiga no Rio de Janeiro. Naquele contexto, a atuação dos agentes públicos, se dava, na maioria dos casos, a partir da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que, além das diversas controvérsias que envolvem o tema, criou tensões no âmbito cultural com repetidas proibições à realização de bailes funk (CAMARGO *et al.*, 2019). Todavia, a ausência do Estado não impediu que muitas favelas se tornassem um espaço de produção cultural:

Assim, a configuração da experiência cotidiana de vida nas favelas é marcada pela dialética de enfrentamento de duras condições de vida, com minúscula ação estatal no campo dos direitos sociais. A despeito das difíceis condições de vida, ou até por conta disso, formas variadas de associativismo no campo dos esportes e música popular (sobretudo, samba, funk, rap\HIP HOP e forró) são comuns nos mais variados espaços de habitação populares. Mesmo considerando a densa (e tensa) relação com os produtos da indústria cultural no tocante as músicas ouvidas pelos moradores de diversas regiões da cidade, não são incomuns experiências que buscam, deliberadamente ou não,

contribuir para ampliação do repertório e do acervo de lazer disponíveis (CAMARGO *et al.*, 2019, p. 20).

O “associativismo comunitário” para desenvolvimento e manutenção das atividades locais surgiu como um dos principais temas tratados no que se refere aos espaços e equipamentos de lazer nas periferias. A ideia de que a favela é um espaço de “vazio cultural”, não reflete a realidade das periferias brasileiras. A maior parte dos “equipamentos” de lazer do Morro da Formiga são mantidos e promovidos pelos próprios moradores, como é o caso da Escola de Samba Império da Tijuca, as três praças públicas, o campo de esporte, os bares, a ONG e o Baile Funk. Além disso, a comunidade se encarrega de manter a trilha da Cachoeira do Trapicheiro, que faz divisa com a Floresta da Tijuca. Neste mesmo sentido, um estudo realizado em Ermelino Matarazzo, uma periferia de baixa renda em São Paulo, apontou o mesmo processo de desigualdade socioespacial na distribuição e oferta de equipamentos de lazer, mostrando que não havia nenhum equipamento específico para a prática de atividades de lazer naquele distrito. Um ponto interessante trazido por esta pesquisa, diz respeito à potencialidade da Escola Pública enquanto um de espaço de produção e oferta cultural:

Embora sejam muitas as carências a que as periferias de baixa renda estejam sujeitas, afortunadamente, a escola pública não é uma delas e está lá, presente: bem ou mal instalada, com maior ou menor qualidade e maior ou menor assiduidade do corpo docente; mas talvez como o único ou mais importante equipamento público que se faz necessariamente presente nesse tipo de periferia. Por outro lado, entre as tantas carências dessa mesma periferia, o lazer é uma delas e talvez uma das que revelam mais significativamente, a condição de exclusão a que estão submetidos seus moradores (AULICINO, 2011, p. 4).

De acordo com a autora, um aspecto fundamental para que a escola se transforme em um equipamento de lazer nas periferias é a participação efetiva da comunidade: “a frequência às práticas de lazer nas escolas aumenta a possibilidade dos moradores sentirem-se donos dessas mesmas escolas e, portanto, responsáveis por elas” (AULICINO, 2011, p. 22). Sendo assim, a apropriação dos espaços públicos é uma das etapas fundamentais para que as possibilidades de vivenciar o lazer sejam possíveis,

principalmente em lugares onde existe carência deste tipo de equipamento cultural. O que estamos chamando de “associativismo comunitário”, é um ponto fundamental para a sustentabilidade de ações de lazer nas comunidades que envolvam a participação de membros externos, como por exemplo ONGs, o poder público e entidades privadas. Sem a efetiva participação dos moradores, estas ações tendem a assumir um caráter assistencialista, entregando para a população um repertório de atividades totalmente descontextualizadas com a sua história, os seus sentidos e significados.

No sul do país, uma ação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, denominada Projeto Vila Sustentável (PVS), teve como objetivo “a adoção do espaço público por parte da comunidade, a partir de práticas sustentáveis, autonomia, decisões, empoderamento, ampliações das possibilidades de lazer (GONÇALVES; RODRIGUES; RECHIA, 2019, p. 228). O projeto piloto foi realizado na periferia de Curitiba, em uma praça conhecida como “Praça do Bosque”. O local passou por um processo de revitalização, visto que o espaço estava sem condições de uso, principalmente devido à falta de manutenção por parte do poder público. Neste caso específico, estamos analisando uma iniciativa direta da prefeitura que buscava a apropriação de um equipamento de lazer por parte da comunidade. Um aspecto importante desta ação diz respeito à dualidade que estamos nos referindo entre a ação “externa” e o “associativismo comunitário”. Portanto, este é um exemplo privilegiado para compreendermos como este processo se constitui na lógica de apropriação dos espaços públicos.

Uma estratégia utilizada por esta ação da prefeitura foi realizar um processo de “animação cultural” na praça, buscando atrair a comunidade ao entorno e apresentar as melhorias que foram feitas no espaço. Um aspecto importante destacado pelos autores, diz respeito a necessidade da participação efetiva da comunidade, foram realizadas

quatro ações neste local e o engajamento da população foi diretamente proporcional ao nível de “associativismo comunitário”. Neste sentido, nas ações em que houve a participação de membros da comunidade no planejamento, execução e avaliação das intervenções, a população compareceu e se apropriou do espaço:

Na Praça do Bosque não havia uma apropriação efetiva por parte da comunidade, isso mostra que os moradores do entorno não tinham um sentido de pertencimento com aquele espaço, pois além de não participarem da manutenção dos equipamentos não contribuía com a segurança do local. Realizar eventos que congreguem a comunidade pode favorecer o processo de apropriação do espaço público, pois se sentem valorizados. Nos dois primeiros eventos não conseguimos mobilizar a comunidade, porém nos dois últimos vimos que se houver um trabalho coletivo a população participa e isso fica evidente ao observarmos que mais de 500 pessoas passaram pela praça nessas duas ações (GONÇALVES; RODRIGUES; RECHIA, 2019, p. 249).

Devemos compreender que realizar intervenções no âmbito cultural em comunidades periféricas, precisa ser, antes de tudo, um processo de construção democrático, que busca não somente incluir os membros da comunidade, mas torná-los parte do processo que constitui estas ações. Porém, para que isto seja possível, precisamos abandonar a ideia do assistencialismo, em sua concepção mais pragmática. Olhar para estes espaços a partir da sua potencialidade é um dos primeiros passos que precisamos dar para que ocorra uma mudança epistemológica em direção a uma concepção que leve em conta a autonomia dessas comunidades. Muitas vezes, o que falta para a população periférica não é a contribuição teórica dos acadêmicos, mas sim, os recursos do poder público e de instituições que possam investir em ações que gerem desenvolvimento cultural, social e econômico. A possibilidade de mobilidade social através da cultura é um fator determinante nas periferias brasileiras. Podemos tomar como exemplo as manifestações musicais como o Funk, o Hip-Hop e o Rap, que se transformaram em verdadeiras indústrias criativas, movimentando quantias enormes de capital.

Levando em conta esta relação entre a intervenção nos espaços periféricos e a possibilidade de mobilidade social através da cultura, um projeto denominado “Dança Comunidade”, que atua nas periferias de São Paulo, traz um exemplo profícuo sobre a relação entre o “associativismo comunitário”, o patrocínio de entidades privadas, a participação de ONGs e do Estado. Ao entrevistar os participantes, Sarto e Marcellino (2008) concluíram que a dança cumpriu um papel fundamental para a inserção social dos jovens que participavam deste projeto, além disso, alguns deles que iniciaram como alunos na ONG tornaram-se professores ao longo do tempo. De acordo com os autores: “a dança trouxe muitas alegrias, conhecimentos e oportunidades nunca esperadas por eles (viajaram o mundo com o espetáculo *Samwaad – Ruas de Encontros*) e tudo isso contribuir para proporcionar a sua inserção social” (SARTO; MARCELLINO, 2008, p.6). Ao perguntar aos participantes como eles enxergam a dança depois de terem feito parte do “Dança Comunidade”:

Alguns expressaram que a dança é: mágica, trabalho, uma coisa boa, profissão. Esses sujeitos, só a vêem como algo profissional, que proporcionou muitas coisas para eles, com possibilidades de ajudar as suas famílias com o dinheiro que recebem no Projeto. Já para os outros ela significa: refúgio, arte, prazer, diversão, manifestação cultural, lazer e hobby (SARTO; MARCELLINO, 2008, p. 8).

A concatenação destes fatores citados anteriormente, pode ser a chave para a realização de políticas públicas que sejam realmente eficazes e que consigam transformar a realidade dos jovens das periferias do país. Este projeto é um exemplo de vários outros que ocorrem no território nacional, porém, em sua maioria, não receberam o apoio governamental ou de entidades privadas. O potencial do associativismo nestas comunidades é ilimitado, que mesmo sem os recursos necessários são ávidas produtoras culturais. Todavia, isto não significa que a presença do Estado não seja necessária. A disponibilidade de equipamentos de lazer é um fator fundamental para o desenvolvimento cultural da população. É preciso que exista um “espaço” para que o

lazer aconteça, um que tenha segurança e toda a infraestrutura necessária. É neste “espaço” onde o Estado precisa atuar disponibilizando para a população periférica a possibilidade de vivenciar este “tempo” de fruição e criação cultural.

Neste mesmo sentido, uma pesquisa que buscou identificar as principais atividades de lazer realizadas pelos pais de alunos do município de Santa Cruz do Sul (RS), apontou que a principal atividade realizada pelos pais dos alunos da periferia era “Assistir TV”. Além disso, eram estes pais que apresentavam o maior nível de sedentarismo comparado aos demais que residiam fora das periferias (BURGOS *et al.*, 2013). A relação entre a ampliação do universo cultural de uma população e a oferta de equipamentos de lazer é simbiótica, neste mesmo estudo, eram os pais que residiam no centro que tinham uma maior diversidade de escolha acerca das atividades culturais.

Além de pensarmos sobre a importância dos equipamentos de lazer no interior das comunidades é necessário problematizar o acesso aos bens culturais, que geralmente se estabelecem nas regiões centrais das grandes cidades. As enormes distâncias e a falta de uma mobilidade urbana eficiente, fazem com que grande parte da população periférica não tenha acesso aos equipamentos de lazer que compõem os cartões postais de suas próprias cidades. Podemos utilizar o exemplo da cidade de São Paulo, que além de ser a maior cidade do país, conta com um dos transportes públicos mais utilizados no mundo:

A fama de capital cultural do País atribuída a São Paulo vem da quantidade quase infinda de opções de atividades (feiras, espetáculos musicais, teatrais e de dança, mostras de cinema, exposições, entre outras) postas à disposição dos paulistanos, as quais podem ser por eles usufruídas em seu lazer. Entretanto, essa rica e vasta gama de atividades, para além do fato de ser muitas vezes inacessível, em termos financeiros, à grande parte da população, concentra-se principalmente nas áreas mais centrais da metrópole, deixando a imensa maioria dos habitantes dos bairros periféricos distante dessa grande festa cultural (ANDRADE; MARCELLINO, 2011, p. 13-14).

É preciso destacar que estamos nos referindo à cidade de São Paulo, que possui a maior infraestrutura de transporte público do país, ou seja, em outras cidades o quadro é

ainda mais grave. Neste sentido, a população periférica sofre com a carência de equipamentos culturais tanto no interior das comunidades, quanto no acesso aos que estão concentrados nos centros urbanos. Esta desigualdade socioespacial é produto de um planejamento urbano que historicamente expulsou a população pobre das áreas de maior interesse do mercado. Esta distância não é só física, o desconhecimento do caráter público dos bens culturais faz com que se crie uma barreira simbólica em torno destes equipamentos de lazer. Dessa forma, ocorre um processo de sacralização destes espaços, afastando do universo estético dos moradores das periferias a possibilidade de usufruir dos bens culturais dos quais todos têm direito.

Ao analisar a produção nos periódicos especializados, o tema “equipamentos de lazer”, surgiu enquanto uma das categorias mais citadas ao longo dos textos. Podemos perceber que isto indica uma certa urgência no que diz respeito à constituição de políticas públicas que sejam realmente eficazes para que o direito ao lazer seja garantido à população periférica. Além disso, o protagonismo dos moradores das comunidades, que aqui foi chamado de “associativismo comunitário”, foi um fator fundamental para compreendermos a necessidade de que as ações voltadas à periferia sejam pensadas a partir da periferia e com a periferia, e não o contrário.

Dessa forma, ao deixarmos de analisar a cultura de grande parte da população como “cultura de massas”, o foco da análise é deslocado para os sujeitos, como por exemplo, os moradores das periferias das grandes metrópoles do Brasil, a partir desta perspectiva, não podemos assumir uma postura prescritiva com relação às manifestações culturais, neste sentido, será que deveríamos apontar a cultura erudita como o ponto de chegada? Ou até mesmo de partida? (PESSOA, 2019, p. 25)

É comum que ações voltadas às periferias tenham uma postura assistencialista, concebendo a favela enquanto um espaço de “vazio cultural”. Esta perspectiva precisa ser combatida, principalmente porque concebe a cultura popular como algo em segundo plano. Para que o contrário ocorra, é necessário que os agentes que fazem a intermediação entre o Estado e as periferias desenvolvam políticas públicas que

respeitem as demandas da própria população. O ponto que queremos chegar é que a ideia de “levar a cultura” carrega em si uma perspectiva preconceituosa com relação às periferias. Dessa forma, para avançarmos neste sentido, precisamos respeitar, divulgar e fomentar a cultura produzida por estes sujeitos, além, obviamente, de possibilitar que esta parcela da população tenha acesso a todos os bens culturais que historicamente foram negados a eles.

Atuação e Formação Profissional de Lazer

Dentre as buscas realizadas para a construção deste artigo categorizamos três publicações que tinham como centro de análise a “Atuação e Formação Profissional de Lazer”, sendo duas delas publicadas na Revista *Licere* e outra na RBEL.

Samuel Santos e Helder Ferreira Isayama (2015) discutem no artigo “Formação profissional em lazer: a construção e a mobilização de saberes em contextos de violência”, a atuação de profissionais de educação física que atuam como oficinairos no programa Fique Vivo!. Este programa: “é uma das ações desenvolvidas pela Política de Segurança Pública de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), órgão subordinado ao Governo do Estado de Minas Gerais” (SANTOS; ISAYAMA, 2015, p. 4). Os autores abordam o desenvolvimento teórico sobre a construção de saberes relacionados ao tema para iniciarem as análises das entrevistas. Entre as diversas experiências relatadas pelos entrevistados é notório o sentimento de pertencimento por parte dos oficinairos, que entendem que integrar um projeto de grande abrangência é fazer-se componente do coletivo comunitário, a partir das diversas modalidades esportivas que lecionam.

Outra discussão feita pelos autores está na construção dos saberes dos agentes envolvidos no projeto, tanto os oficinairos quanto os que participam do processo, ao

passo que “os saberes são dinâmicos e permitem táticas de elaborações múltiplas, interconectando comunidades, Estado, propostas formativas e práticas das juventudes.” (SANTOS; ISAYAMA, 2015, p. 16). Esta publicação aponta a necessidade de reformulação nos currículos de formação do profissional de lazer, levando em conta que esta transformação pode ser base para mudança da estrutura social vigente, neste sentido, as práticas de lazer, podem configurar-se como atividade para o desenvolvimento humano.

Rute Tolocka, Kelly Horita, Camila Oliveira, Vitor Coelho e Denise Santos (2009) escreveram o artigo intitulado “Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares”. Discutem a importância da brincadeira para o desenvolvimento de crianças, desta forma, apontam as barreiras que dificultam o brincar no cotidiano, como exemplo citam as crianças que têm seu cotidiano preenchido por atividades previamente acertadas e agendadas. Mesmo quando existe espaço para o desenvolvimento de atividades físicas nas escolas, acha-se dificuldades como a formação do adulto responsável pela atividade, ao passo que pode inibir alguns comportamentos espontâneos das crianças. Este tipo de comportamento é devido a tendência para a aplicação das regras de forma rígida da atividade em questão pelo responsável.

Um destaque que fazemos é a necessidade da discussão aprofundada sobre obesidade infantil apontada pelos(as) autores(as), pois atravessamos uma crise que pode ser revertida. Entretanto, devemos aprofundar a relação com estilo de vida, renda, trabalho, tempo livre, etc. Talvez os dados desta materialidade possam ser base para definição de táticas que possibilitem findar ou diminuir os números e conseqüentemente os impactos do atual cenário. Os aspectos abordados no artigo são atuais em nosso contexto, mesmo que algumas características estejam atualizadas como os ambientes de

brincadeiras das crianças, então, dialogar sobre estrutura sociais passa pela forma em que a sociedade encara a prática e o desenvolvimento do lazer das crianças.

“Capacitação de animadores culturais: uma experiência na comunidade do Morro do Borel” foi o artigo de Victor Andrade de Melo e Marcos Avellar do Nascimento (1999). Somos apresentados ao contexto das favelas, no Rio de Janeiro, relatando que a situação das periferias é complexa e desafiadora, ao passo que existe uma narrativa que coloca os moradores como únicos responsáveis por sua condição.

Os autores expõem seus respectivos relatos de experiência como consultores da “Associação Projeto Roda Viva”, uma organização não governamental do Rio de Janeiro, nascida em 1988, com trabalho desenvolvido no Morro do Borel. As consultorias prestadas se dividiram entre a capacitação teórica e idas a campo (intervenção do projeto propriamente dito).

Temos no artigo uma crítica que consideramos marcante, reside na questão da separação no projeto entre o esporte e o lazer (como práticas não complementares que dependem de espaços próprios para existência). Inferimos da leitura do trabalho que determinados elementos ainda são relevantes quando discutimos a intervenção de um projeto de lazer em qualquer espaço, como necessidade de formação teórica para aplicação prática, dificuldade de captação de recursos, baixos salários, ausência do Estado, respeito às particularidades culturais do grupo social beneficiado e outras.

Políticas Públicas

Dentro do escopo das produções levantadas na presente pesquisa sobre “Políticas Públicas”, se destacam dois temas relevantes: “políticas de esporte” e “políticas de cultura”. Quatro artigos debatem o tema do esporte e três sobre a cultura e, dentre os sete artigos, cinco foram publicados na revista *Licere* e dois na RBEL.

No artigo intitulado “Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O Orgânico e o Coletivo na Organização para as Ações em Belém do Pará”, publicado em 2020 pelos autores Marta Genú Soares, Manoel do Espírito Santo Silva Júnior e Stefanie da Conceição Franco, foi realizado um diagnóstico dos agentes culturais do esporte e do Lazer na Rede Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer Cedes, no Município de Belém. A pesquisa teve como o objetivo analisar as condições socioeconômicas, acadêmicas e profissionais em que se encontram os sujeitos que atuam em políticas públicas e atividades de esporte e Lazer na Grande Belém. Os autores identificam um elevado percentual de agentes culturais em nível de ensino superior (graduação e pós-graduação) e concluem que esses sujeitos têm maior predisposição em apresentar uma compreensão do esporte e do lazer como objetos de promoção da cidadania e da qualidade de vida.

Neste mesmo sentido, ao debater a atuação local dos sujeitos, no artigo “Lazer território e Política cultural Pública: a noção de comunidade nos Pontos de Cultura/Cultura Viva”, de Agustín Arosteguy e Christianne Luce Gomes (2020), os autores buscam compreender os Pontos de Cultura com o objetivo de analisar sua implementação nas territorialidades geográficas urbanas denominadas ‘comunidade’ na cidade de Belo Horizonte/MG. Foram observadas duas associações que faziam parte desta política pública. De acordo com os pesquisadores: “as pessoas que usufruem o lazer e a cultura em seus bairros apoiam e se identificam completamente com estas vivências e as preservam com o intuito de que continuem crescendo e atingindo cada vez a mais indivíduos” (AROSTEGUY; GOMES, 2020, p.17). Esta pesquisa evidencia, mais uma vez, o que denominamos neste texto como “associativismo comunitário”. De acordo com os autores os “Pontos de Cultura” analisados só se materializaram devido ao engajamento de sujeitos das próprias comunidades, observando que: “tais

experiências culturais e de lazer só fazem sentido quando são pensadas, executadas e compartilhadas com os seus vizinhos, amigos e conhecidos em suas próprias comunidades” (*Ibidem.*).

Um dos aspectos tratados sobre os estudos que debatem a implementação de políticas públicas é a análise da atuação dos burocratas envolvidos nos processos decisórios. Os dois estudos acima destacam a atuação dos atores implementadores da política, chamados de burocratas de nível de rua. Ou seja, aqueles que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos (CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018). Neste sentido, devido à ocorrência de muitos processos decisórios no momento da implementação das políticas públicas, Lotta (2019) destaca como central a compreensão da forma como esses atores se comportam e como tomam decisões.

O distanciamento das autoridades e a aproximação a casos individuais mais complexos (LIPSKY, 2019) acabam possibilitando aos burocratas de nível de rua um alto grau de discricionariedade, conferindo maior liberdade de escolha e tomada de decisão condizentes com as realidades locais. Com impacto direto na entrega da política ao cidadão, torna-se necessário compreender as práticas, interações, comportamentos e decisões desses burocratas, bem como, analisar os resultados dessas diferentes formas de atuação na política implementada.

O estudo de Soares, Silva Júnior e Franco (2020) correlaciona o grau de instrução desses agentes culturais (burocratas de nível de rua) com suas concepções de esporte e lazer, e como a compreensão ampliada desses conceitos contribui para a implementação de políticas públicas voltadas ao exercício da cidadania e qualidade de vida, fugindo de características de assistencialismo e utilitarismo. Já o estudo de Arosteguy e Gomes (2020) destaca a importância de atores locais, que conhecem e

respeitam as práticas e culturas do território, para o engajamento dos sujeitos nas experiências culturais e de lazer.

Outro artigo levantado na presente pesquisa é denominado “O Mapeamento da Produção Científica sobre Projetos Esportivos no Brasil”, de Ana Elisa Guginski Caron, Wanderley Marchi Junior e Marcelo Mor (2018). Os autores buscaram mapear a produção acadêmica brasileira na área de projetos voltados ao setor esportivo. Nesse artigo, os autores entendem o esporte como uma ferramenta de desenvolvimento social nas comunidades, e com potencial de reparar parte das desigualdades sociais presentes no Brasil.

No escopo das discussões realizadas pelos autores, um ponto importante foi a articulação entre Estado e Terceiro Setor, Dagnino (2004) pondera sobre o gradativo processo de encolhimento do Estado, que veio ocorrendo no Brasil a partir da década de 90 sobre o dogma neoliberal, e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. Nesse sentido, a autora evidencia a emergência do chamado Terceiro Setor e do novo papel desempenhado pelas organizações não-governamentais com forte ênfase na filantropia. As políticas de esporte e lazer por vezes operam nesse sentido. Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania (DAGNINO, 2004). Assim, crescem os projetos que atuam na perspectiva da “responsabilidade social”, na gestão da pobreza e dos marginalizados. Por vezes os projetos esportivos se inserem nas comunidades sob um discurso salvacionista, assumindo para si a responsabilidade de “tirar os jovens das drogas” ou livrá-los das mazelas sociais.

Já o artigo “Do Direito ao Lazer: o princípio acesso no programa Esporte na Comunidade (Fortaleza-CE)”, de autoria de Ana Amélia Neri Oliveira, Dulce Maria

Filgueira de Almeida Suassuna e Nicolino Trompieri Filho (2013), procurou analisar a repercussão do princípio do acesso no Programa Esporte na Comunidade, dessa forma, “são utilizadas como referências as diretrizes desta política e a percepção dos gestores e atores sociais envolvidos nas comunidades, considerando a interlocução do governo municipal com o governo federal” (OLIVEIRA; SUASSUNA; TROMPIERI FILHO, 2013, p. 1). O estudo constatou que a falta de condições materiais e de orçamento necessárias para assistir um número maior de comunidades, fazia com que o direito ao lazer só fosse garantido no plano jurídico-formal, inviabilizando qualquer processo de transformação social a partir da cultura.

O modelo federalista brasileiro propiciou um processo de descentralização das políticas públicas (CORTEZ; LOTTA, 2022), sendo necessário uma coordenação central que oriente os governos locais em prol do atendimento às demandas da sociedade (ARRETCHE, 2004). No artigo acima vemos um modelo de política planejada em nível central e executada no nível local (municípios), muito comum nas políticas de esporte e Lazer.

Costa *et al.* (2021) destacam que os mecanismos de coordenação e cooperação entre nível central e local, e os incentivos financeiros são fatores preponderantes para indução dos governos locais a aderirem aos programas federais em diferentes áreas de atuação. Entretanto, uma vez que o recurso é escasso, e existe um alto grau de dependência dos municípios menores às transferências diretas para execução das políticas sociais (LOTTA; VAZ, 2015), acaba ocorrendo uma oferta desigual da política, atendendo poucos municípios e, assim, aumentando as disparidades intrarregionais, como evidencia os resultados de Oliveira, Suassuna e Trompieri Filho (2013).

No quarto artigo, que discute as políticas de esporte “Experimentando as juventudes num bairro Segregado” do autor Edmilson Santos dos Santos (2010), buscou-se compreender a influência do Estado na formação das identidades juvenis no bairro Mário Quintana, na cidade de Porto Alegre. Teve como objetivo principal entender como os jovens se comportam durante os finais de semana nestes espaços. O autor constatou que a oferta escassa de equipamentos de lazer faz com que os jovens da periferia não tenham acesso a estes bens culturais aprofundando as desigualdades sociais já presentes no país.

De forma similar, os autores Bruno David Rodrigues Neca e Simone Rechia (2020) nos apresentam o artigo “Tarifa Domingueira: um Policy Analysis de uma Política Pública de Incentivo à circulação na Cidade de Curitiba-PR e os Impactos no Âmbito do Lazer”, debatendo a concentração dos equipamentos de Lazer nos grandes centros urbanos. Os pesquisadores analisaram a implementação de uma política pública que incentiva o uso do transporte público para o lazer aos domingos. Verificou-se que apesar da importância incontestável de políticas que promovam a mobilidade urbana, este programa, em específico, foi regido a partir dos interesses da gestão pública e de instituições público-privadas, que estavam diretamente ligadas ao setor de transporte e a gestão da cidade. Dessa forma, o público que seria beneficiado com esta política não teve uma participação significativa ao longo do planejamento e execução da mesma. Os autores chamam a atenção para a importância da efetiva participação de setores organizados da sociedade civil para que este tipo de política seja realmente eficaz.

Os espaços e equipamentos públicos devem ser compreendidos como locais de possibilidades com potencial para exercer diversas funções e sua apropriação está diretamente ligada ao sentido de pertencimento da comunidade aos mesmos. Sendo assim, democratizar o Lazer implica, também, em democratizar o espaço

(MARCELLINO, 2007). Ambos os artigos tratam sobre a distribuição assimétrica dos equipamentos públicos de lazer pelos grandes centros urbanos, limitando o acesso da população periférica.

Cabe destacar que as atividades e experiências do Lazer se desenvolvem essencialmente em duas dimensões, o tempo e o espaço. Enquanto o tempo é o mediador do que fazemos no lazer, o espaço nos fornece o cenário (PELLEGRIN, 2004). Assim, pensar em políticas públicas de reordenamento urbano, levando os equipamentos públicos para as periferias, como destaca o primeiro artigo, ou em políticas de mobilidade urbana, permitindo o trânsito facilitado para apropriação dos espaços e experiências de Lazer, como propõe o segundo artigo, configuram caminhos possíveis para assegurar o direito à cidade e a democratização das práticas por uma parcela significativa da sociedade.

Por fim, o artigo “Turismo e Manifestações Culturais na Comunidade Quilombola de Sobral/RN-Brasil”, das autoras Maria Valdirene Santos Sousa e Salete Gonçalves (2016), investiga como as manifestações culturais contribuem com o fortalecimento do turismo na comunidade quilombola do Sobrado/RN. Como é de conhecimento, o turismo é considerado como uma das manifestações culturais do lazer (CAMARGO, 1989), entretanto, alguns autores vêm tentando compreender as aproximações e distanciamentos entre os dois campos do conhecimento. Nesse sentido, Oliveira (2019) destaca que a relação entre turismo e Lazer, está associada à ampliação das capacidades humanas decorrentes de processos de cidadania, oportunizando transformações sociais positivas. Os resultados de Sousa e Gonçalves (2016) evidenciam que os elementos culturais imateriais da comunidade quilombola podem agregar valor ao turismo, dessa forma, as manifestações culturais presentes como a dança Maneiro Pau, a literatura de cordel e os artesanatos locais auxiliam em

algumas práticas comuns de etnicidade Afro e sua valorização enquanto patrimônios culturais.

Nesse tópico debatemos as políticas públicas de Lazer em estreita relação com esporte e a cultura. Com relação ao esporte debatemos as produções científicas da área, a análise dos profissionais que atuam na implementação da política, o esporte enquanto um direito social e por fim, o mapeamento de espaços e equipamentos esportivos. Já em relação à cultura, debatemos sua relação com o turismo, com as identidades, com as manifestações quilombolas, bem como circulação urbana e território.

Considerações Finais

Compreender o “estado da arte” sobre as produções acerca do Lazer nas periferias do país é um movimento fundamental para analisarmos como este fenômeno tem se configurado como um direito social que, em tese, deveria ser garantido pela Constituição Federal de 1988. As categorias de análise elencadas nos ajudaram a estabelecer algumas constantes, no que diz respeito à presença do Lazer nas comunidades que foram objeto de estudo destas pesquisas.

A noção do “associativismo comunitário” foi fundamental para compreendermos a emergência histórica de algumas manifestações e equipamentos de Lazer, assim como, a sua manutenção ao longo do tempo. Em vários contextos, a comunidade era responsável pelo fomento à cultura nas periferias. A apropriação dos espaços e equipamentos públicos se configurou como uma das principais variáveis que foram decisivas para o sucesso e a perpetuação de algumas manifestações de Lazer. Neste sentido, pensar em políticas públicas voltadas às comunidades periféricas, sem incluir no planejamento, execução e avaliação destas mesmas políticas os próprios moradores destes espaços, é uma perspectiva que está fadada ao fracasso. Em todos os

contextos analisados, nenhuma experiência obteve sucesso sem a participação efetiva das comunidades às quais estas políticas eram direcionadas.

Outro ponto fundamental, foi analisarmos o acesso aos bens culturais e a desigualdade socioespacial na distribuição dos equipamentos de lazer nas cidades. Além da necessidade de desenvolver políticas públicas que busquem o fomento às manifestações culturais, que são engendradas nas próprias comunidades, o Estado também deve dar condições para que a população periférica se aproprie dos bens culturais que estão, em larga medida, concentrados nos centros econômicos das grandes metrópoles. Isto nos leva a outra questão fulcral para a democratização do acesso à cultura: a mobilidade urbana. Sem uma mobilidade urbana eficiente, grande parte da população periférica não tem condições para acessar os parques públicos, teatros, bibliotecas, circuitos culturais e museus.

Em síntese, a análise destas publicações nos faz perceber que para pensarmos em políticas públicas que sejam realmente capazes de transformar a realidade em que vivemos e reduzir, mesmo que pouco, as desigualdades deste país, precisamos assumir uma postura que leve em conta a noção de que os sujeitos que vivem nas comunidades, provavelmente, já possuem as respostas que buscamos. Neste sentido, o Estado deveria criar canais de mediação entre os agentes públicos e as comunidades periféricas, assumindo uma perspectiva praticamente etnográfica, para tentar compreender os sentidos e significados atribuídos às diferentes práticas culturais e de Lazer, que se desenvolvem no interior das periferias do país. Ademais, é preciso compreender qual é a relação que estas comunidades estabelecem com os equipamentos culturais que, em larga medida, estão concentrados nos grandes centros urbanos, principalmente àqueles que demandam uma reforma radical na mobilidade urbana para que o seu acesso seja de fato democratizado.

Talvez, um dos passos necessários para que o direito social ao Lazer seja garantido à população periférica, seja uma mudança de paradigma por parte do setor público. Nesta perspectiva, o Estado precisa dar apoio aos movimentos que já estão em curso nas favelas, e a partir daí, abandonar a noção de que a cultura precisa ser “levada” à periferia. Qualquer posição taxonômica perante a cultura é preconceituosa. Todavia, também é necessário garantir o acesso da população periférica aos equipamentos culturais que estão concentrados, na maioria das vezes, nas áreas nobres das grandes cidades. É a partir desta dialética entre a apropriação dos bens já existentes e do fomento às manifestações culturais que são próprias das comunidades periféricas, que poderemos nos aproximar de um movimento de equiparação das injustiças cometidas com a população menos favorecida do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carolina Paes de; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 2, 2011.
- AROSTEGUY, Agustín; GOMES, Christianne Luce. Lazer, território e política cultural pública: a noção de comunidade nos Pontos de Cultura/Cultura Viva. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2020.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 17-26, 2004.
- AULICINO, Madalena Pedroso. O lazer e a escola pública de ensino médio em Ermelino Matarazzo. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 2, 2011.
- BURGOS, Miria Suzana *et al.* Atividades culturais, esportivas e de lazer de adultos. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 2, 2013.
- CAMARGO, Allana *et al.* Análise sobre os espaços de esporte e lazer no Morro da Formiga/RJ. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 2, p. 18-47, 2019.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARON, Ana Elisa Guginski; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; MOR, Marcelo. O mapeamento da produção científica sobre projetos esportivos no Brasil. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 2, p. 26-49, 2018.

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela S.; PIRES, Roberto Rocha C. Contribuições dos estudos sobre burocracia. *In*: PIRES; LOTTA; OLIVEIRA (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil** – interseções analíticas. Brasília: IPEA; ENAP, 2018.

CORTEZ, Ana Claudia Salgado; LOTTA, Gabriela Spanghero. Arranjos institucionais e capacidades estatais em nível subnacional: a política de educação em direitos humanos de São Paulo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 27, n. 86, p. 1-19, 2022.

COSTA, Luciana Assis; SILVA, Luciano Pereira da; ROCHA, Daniete Fernandes *et al.* Capacidade limitada de indução federal na implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 24, n. 3, p. 320-355, 2021.

DAGNINO, Eveline. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que Estamos Falando? *In*: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil em Tiempos de Globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011.

GOMES, Christianne; AMARAL, Maria Teresa M. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GONÇALVES, Felipe Sobczynski; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa; RECHIA, Simone. As ações do projeto vila sustentável no bairro Uberaba: a praça transformada em lugar. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, p. 225-252, 2019.

IBGE. Coordenação de população; Indicadores sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2018. IBGE, 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, v. 340, 1999.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**. Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Edição expandida do 30º aniversário. Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, Gabriela S.; VAZ, José C. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v.2, n.66, 2015.

LOTTA, Gabriela Spanghero. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *In*: LOTTA, G. (Org.) **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas.** Curitiba: OPUS, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.

MARCELO, Hernán Venegas. As antecipações do turismo no Brasil. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 1, n. 2, p. 12-25, 2011.

MELO, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Marcos Avellar do. Capacitação de Animadores Culturais-uma experiência na comunidade do morro do Borel. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 2, n. 1, 1999.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 136-163.

NECA, Bruno David Rodrigues; RECHIA, Simone. Tarifa domingueira: uma policy analysis de uma política pública de incentivo à circulação na cidade de Curitiba-PR e os impactos no âmbito do lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 582-613, 2020.

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri; SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida; TROMPIERI FILHO, Nicolino. Do direito ao lazer: o princípio acesso no Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza-CE). **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013.

OLIVEIRA, Ana Paula Guimarães Santos de. Lazer e turismo: acepções e interações no contexto do Projeto Rota das Grutas de Peter Lund/MG. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 2, p. 48-89, 2019.

PELLEGRIN, Ana de. Equipamento de Lazer. *In*: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer.** Belo Horizonte: Autêntica. 2004. p. 69-73.

PESSOA, Vitor Lucas de Faria. Lazer e consumo: uma análise a partir da indústria do entretenimento. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n. 1, 2019.

POPINIGIS, Fabiane. **“Proletários de casaca?”** Relações de trabalho e lazer no comércio carioca da virada dos séculos XIX e XX. 2003. 250f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

RACIONAIS MC's. Fim de Semana no Parque. Cidade: São Paulo. Gravadora: Zimbabwe Records. Suporte: 7:05 minutos.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. SIMPÓSIO ORÇAMENTO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS, 1. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2012.

SANTOS, Edmilson Santos dos. Experimentando as Juventudes num Bairro Segregado. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v.13, n.1, mar/2010.

SANTOS, Samuel; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Formação profissional em lazer: a construção e a mobilização de saberes em contextos de violência. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 2, n. 1, p. 89-112, 2015.

SARTO, Karina Cristofolletti; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 11, n. 3, 2008.

SOARES, Marta Genú; SILVA JÚNIOR, Manoel do Espírito Santo; FRANCO, Stefanie da Conceição. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O Orgânico e o Coletivo na Organização para as Ações em Belém do Pará. **LICERE-Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 263-281, 2020.

SOUSA, Maria Valdirene Santos; GONÇALVES, Salete. Turismo e manifestações culturais na comunidade Quilombola do Sobrado/RN–Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, n. 2, p. 129-148, 2016.

STOPPA, Edmur Antonio *et al.* A produção do conhecimento na área do lazer: uma análise sobre a revista Licere-Atuação profissional. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 3, 2013.

TOLOCKA, Rute Estanislava *et al.* Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 12, n. 1, 2009.

Endereço dos(as) autores(as):

Vitor Lucas de Faria Pessoa
Endereço eletrônico: vitorlfpessoa@hotmail.com

Danilo da Silva Ramos
Endereço eletrônico: danilopelc@gmail.com

Brisa de Assis Pereira
Endereço eletrônico: brisadeassis@hotmail.com

Luciano Pereira da Silva
Endereço eletrônico: lpereira45@hotmail.com

Mateus Marçal Ferreira
Endereço eletrônico: mateusgzn@hotmail.com